



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos

SUZANNE ÉRICA NÓBREGA CORREIA

Universidade Federal de Pernambuco
suzanne.enc@gmail.com

CARLA PASA GOMEZ

Universidade Federal de Pernambuco
carlapasagomez@gmail.com

MARIANA CAVALCANTI FALCÃO

Universidade Federal de Pernambuco
marianafalcao.ufpe@gmail.com

VERÔNICA MACÁRIO DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Campina Grande
veronicamacario@gmail.com

LEONARDO AUGUSTO GOMÉZ CASTILLO

Universidade Federal de Pernambuco
leonardo.a.gomez@gmail.com

Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos

Resumo

A inovação social (IS) tem sido apresentada a partir de diferentes perspectivas e olhares sobre a transformação social que ela é capaz de gerar em uma localidade, empresa ou produto. O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido promulgado como sendo uma “nova” forma de fazer turismo que se opõe ao turismo de massa. Em comum, os dois são “descendentes” do desenvolvimento sustentável local, portanto são congruentes na busca pela qualidade de vida para os envolvidos, por ganhos sociais e/ou ambientais, e pelas iniciativas em prol da coletividade. Assim, parte-se do pressuposto de que o TBC é uma forma de inovação social, sendo então o objetivo deste trabalho analisar as congruências entre os conceitos de TBC e IS, lançando mão do modelo de análise da inovação social desenvolvido por Tardif e Harrison (2005) para confirmar/refutar tal pressuposto. Utilizou o *software* Atlas TI 7.0 para realizar a análise qualitativa dos dados. Os achados confirmam que o Turismo de Base Comunitária pode ser considerado uma Inovação Social uma vez que contempla as diversas categorias de Inovação Social conforme apontado pela rede de congruências dos constructos dos conceitos.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, inovação social, turismo de base comunitária.

Community-Based Tourism as Social Innovation: congruence between the constructs

Abstract

Social innovation (SI) has been presented from different perspectives and viewpoints on social transformation that it is able to generate in one location, company or product. The Community-based tourism (CBT) has been promulgated as a "new" form of tourism that is opposed to mass tourism. In common, the both are "descendants" of local sustainable development, therefore are congruent in the search for quality of life for those involved, by social gains and/or environmental, and the initiatives for collectivity. Thus, we start from the assumption that the CBT is a form of social innovation, then is this study aimed to analyze the congruence between the concepts of CBT and SI, making use the social innovation model analysis developed by Harrison and Tardif (2005) to confirm / refute this assumption. Used the Atlas IT 7.0 software for qualitative data analysis. The findings confirm that the Community-Based Tourism can be considered an Social Innovation as it contemplates the various categories of Social Innovation as pointed out by the congruence of the constructs of network concepts.

Key words: sustainable development, social innovation, community-based tourism

1 Introdução

Ao longo dos últimos anos, as estratégias de desenvolvimento regional e urbano têm oscilado entre dois pólos. O primeiro, que é predominante e de carácter *top-down*, define tais estratégias com foco no desenvolvimento do mercado, voltadas para tornar as regiões e cidades mais competitivas através da produção em grande escala apoiada em novos sistemas tecnológicos. O principal propósito é fortalecer a base econômica dos territórios e as transformações institucionais que ocorrem através da implantação de diversos mecanismos de indução. No outro extremo, surgem as iniciativas *bottom-up* que são expostas à dinâmica de reestruturação econômica caracterizada por ações socialmente coletivas. Estas iniciativas têm levado a uma lógica integrada de desenvolvimento, na busca da resolução de problemas e necessidades sociais através de uma ação coordenada por diversos agentes (MACCALLUM, *et. al.*, 2009) e tem sido denominadas de inovação social (IS).

Estes cenários socioeconômicos são capazes de integrar sociedade civil e Estado para potencializar resultados frutos dessas parcerias, capazes de satisfazer as necessidades sociais e despertar as vocações locais para desenvolver suas habilidades específicas (FRANCO, 1998), isso porque desde a publicação do Relatório de Brundtland (1987) percebe-se a necessidade de romper com o paradigma do desenvolvimento com foco apenas nos aspectos econômicos trazendo à tona a discussão sobre as ações e estratégias que devem ser implantadas na busca pelo desenvolvimento sustentável que garanta o equilíbrio e a equidade em termos econômicos, sociais e ambientais, de modo que as necessidades das gerações atuais sejam satisfeitas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

E é a partir disso que iniciativas tais como a inovação social se configuram como estratégias que buscam apresentar respostas para os problemas sociais e potencializar as localidades e seus recursos rumo ao desenvolvimento, através de iniciativas produtivas e de políticas de inclusão social, democráticas e participativas.

Em um contexto local, tais estratégias tem como foco a participação de atores do desenvolvimento para a geração de metodologias participativas e, na definição de iniciativas de inclusão social, gerando diversos tipos de relações sociais e práticas nos níveis micro ou macro, baseados em uma política de empoderamento dos atores (MACCALLUM, *et. al.*, 2009).

A inovação social foca na satisfação das necessidades humanas através da reorganização das relações e processos sociais, transformando assim os próprios sistemas de governança que orientam e regulam a alocação de bens e serviços destinados a satisfação dessas necessidades (MOULEART, 2009). Dentro de um contexto mais específico, a inovação social surge como uma proposta para desenvolver e apontar soluções socioambientais, tendo como premissa básica a participação dos atores sociais envolvidos, dependentes de processos de conscientização, mobilização e aprendizagem (EUROPEAN COMMISSION, 2014).

Já o Turismo de Base Comunitária (TBC) é um exemplo dessa construção uma vez que se caracteriza pela aproximação dos atores em busca de soluções a problemas locais de natureza econômica, social, ambiental, política e/ou cultural que se dá através da cooperação e, no protagonismo da comunidade no planejamento e controle da atividade turística.

Academicamente, tal discussão é relevante uma vez que ambos os temas estão em um estágio de discussão que se pode considerar “em desenvolvimento” haja visto que tanto para um como para outro os conceitos são pouco claros, ainda apresentam ambiguidade, pois ainda há uma difícil compreensão do que de fato se caracteriza como inovação social e como TBC.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que o TBC é uma forma de inovação social, sendo então o objetivo deste ensaio teórico é analisar as congruências entre os conceitos de TBC e IS, lançando mão do modelo de análise da inovação social desenvolvido por Tardif e Harrison

(2005) para confirmar/refutar tal pressuposto. Tal modelo foi escolhido uma vez que reúne de maneira clara e objetiva os diversos constructos dos conceitos de inovação social, permitindo, portanto, a análise a que este artigo se propõe.

Em termos estruturais, este artigo está organizado em quatro seções. Além desta parte introdutória, apresentam-se na seção dois e três o percurso conceitual da inovação social e turismo de base comunitária. Em seguida, é apresentada a rede de congruência entre os temas que utilizou o *software* Atlas TI 7.0 para realizar a análise qualitativa dos dados, e por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 O aporte teórico sobre inovação social (IS)

O conceito de inovação surge no início do século XX como um fenômeno decorrente dos processos de evolução dos ciclos econômicos. Assim, a inovação está associada principalmente ao impacto que os novos usos da tecnologia geram no sistema econômico vigente, transformando o comportamento de todos os agentes do mercado e criando novas estruturas socioeconômicas (DRUCKER, 1985). Já o conceito de inovação social é mais recente. De acordo com Cloutier (2003), James B. Taylor, em 1970, foi o primeiro pesquisador a usar o termo “inovação social”, e a partir da década de 90, intensificaram os estudos na área, principalmente no campo das ciências sociais.

O conceito de inovação social pode ser definido como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais e criar novas relações sociais ou colaborações (BEPA, 2011). O conceito de IS surge como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento tradicionais onde, vários dos desafios sociais eram percebidos como problemas restritos a uma esfera de intervenção econômica, e os agentes envolvidos em tais processos de transformação social criaram uma dependência dos modelos propostos pelas organizações do terceiro setor e sem fins lucrativos, tornando-se altamente dependentes de subsídios e doações assim como da definição de políticas públicas de curto prazo (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Conforme o *Bureau of European Policy Advisers (BEPA)*, a inovação social pode se manifestar em três níveis: num primeiro nível estão as inovações de demanda social; seguidamente surgem os desafios sociais; e finalmente encontra-se o nível das mudanças sistêmicas. As inovações de demanda social são soluções direcionadas para resolver os problemas presentes em grupos vulneráveis da sociedade que, tradicionalmente, não são contempladas pelo mercado ou pelas instituições existentes. Já os desafios sociais focam em inovações mais abrangentes por meio da integração das dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade. Finalmente as mudanças sistêmicas contemplam as duas categorias anteriores e propõem novos arranjos organizacionais e novas interações entre as instituições sociais e seus *stakeholders* (BEPA, 2010).

Em termos de desenvolvimento local, a inovação social é apresentada pela OECD (1994), e reforçada por Saucier *et. al.* (2007); Bourque, Proulx e Fréchette (2007); CRISES (2010); e, Assogba (2010), como a criação de novas ideias que transformam a política e a prática desse tipo de desenvolvimento, na busca por respostas aos fenômenos resultantes da tensão entre a necessidade, o contexto, e, as aspirações sociais de atores locais, que buscam melhoria de oportunidades econômicas e qualidade de vida relacionadas ao bem-estar social e melhores condições laborais.

Essas tensões são originadas pela fragilidade das instituições existentes e sua incapacidade de resposta para a resolução de problemas sociais locais. Já as aspirações se manifestam, segundo Klein e Harrisson (2007) nas resposta dada pelos atores na tentativa de

identificar novas formas de lidar com um problema ou necessidade concreta, ou como apregoa Caron (2007) como os membros de uma comunidade descobrem, utilizam e articulam suas potencialidades. Assogba (2010) corrobora com o referido autor e, acrescenta que essa articulação proporciona coesão social e solidariedade, se dá pela criação de novos significados baseados nas crenças locais e estabelecem de forma irreversível a consciência coletiva.

A visão de Bourque, Proulx e Fréchette (2007) considera que a inovação social: (a) é uma resposta ou solução para um problema social identificado no nível micro ou macro; (b) prossegue com o objetivo social e baseia-se nos valores que inspiram uma série de atores sociais no contexto micro; (c) é o resultado da mobilização entre uma pluralidade de atores; (d) objetiva difundir o conhecimento, processo, e/ou produto para outras realidades; (e) e deve, a médio e longo prazo, ir além da fase de experimentação, com vistas à institucionalização.

Assim, a inovação social está inserida em um contexto micro-social bem definido, mas, ao longo do tempo e com o reconhecimento social de seus benefícios, pode ser reproduzida a um nível social macro (ASSOGBA, 2010), o que envolve possíveis transformações sociais de maior dimensão e alcance (LÉVESQUE, 2002). Ou seja, ela se volta para as ações comunitárias (objetivo social), e geralmente, abrange pequenos esforços e localidades (BIGNETT, 2011), oferecendo respostas a um conjunto de questões relacionadas a saúde, educação, habitação, segurança, dentre outros. As iniciativas de inovação social propiciam novas práticas a favor do desenvolvimento econômico, do aproveitamento de recursos e estímulo à produtividade, à formação do capital social e do redesenho da arquitetura institucional em sentidos favoráveis à ampliação dos espaços da governabilidade democrática e a participação dos cidadãos (RUIZ, 2012).

Cloutier (2003) e CRISES (2010) já diziam que o processo da inovação social deve envolver a diversidade de atores e a participação do usuário. Destaca a importância da participação ativa dos indivíduos ou organizações; a cooperação entre os diversos *stakeholders* e, o tipo de cooperação que é designada pela aliança estratégica entre estes e/ou entre a rede de equipes multidisciplinares envolvidas, que deve ocorrer em todas as fases do processo de inovação social, desde a conscientização do problema, identificação das causas, até a implementação das soluções. Tardif e Harrisson (2005) reforçam que é dada a sinergia dos atores e sua motivação para inovar; a força e a disponibilidade de gerenciar os recursos para lidar com os obstáculos que se renovam os papéis distribuídos em várias esferas, com atores de diferentes culturas e identidades em busca de um interesse coletivo e público. A partir desta perspectiva, a inovação social pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva e de criação de conhecimento (CLOUTIER, 2003). Uma vez organizado e legitimado o processo de inovação social, entra no estágio de institucionalização e difusão, mecanismo pelo qual é produzido e reproduzido ao longo do tempo, com o objetivo de manter as oportunidades para estratégias alternativas e processos de desenvolvimento (MOULEART *et. al.*, 2013).

Logo os conceitos e termos-chave disseminados sobre inovação social (Quadro 01), refletem um processo de discussão, transformação e adaptação, portanto, um processo de construção social marcado por um contexto de relações sociais (COMEAU, *et. al.*, 2007).

Quadro 01: Constructos do conceito de inovação social

Termo-chave	Autores
Estratégias para problemas sociais; percepção do contexto local	Assogba (2010); Léveque (2002); Cloutier (2003); Mulgan <i>et. al</i> (2006); Mouleart <i>et. al.</i> (2005); André e Abreu (2006); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008); Pol e Ville (2009); Tardif e Harrisson (2005)
Ganhos sociais, resolução de problemas sociais	Assogba (2010); Mouleart <i>et. al.</i> (2005); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008)
Pluralidade de atores; cooperação entre os diversos <i>stakeholders</i>	Assogba (2010); Cloutier (2003); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008); CRISES (2010)
Institucionalizado; processos e atividades; reorganização do trabalho; organização e sistematização	Assogba (2010); Léveque (2002); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008); Tardif e Harrisson (2005)
Capacitação de atores e desenvolvimento de habilidades	Cloutier (2003); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008); Lévesque (2002)
Desenvolvimento de localidades; compromisso com a transformação social	Bourque, Proulx e Frechette (2007); ITS (2007); Mouleart <i>et. al.</i> (2005); André e Abreu (2006); Tardif e Harrisson (2005)
Participação, autonomia, cooperação	Farfus e Rocha (2007); Cloutier (2003); Phills Jr., Deiglmaier e Miller (2008); Rodrigues (2006); Lévesque (2002)
Geração de trabalho, inclusão social, renda e melhores condições de vida	Farfus e Rocha (2007); Cloutier (2003); Lévesque (2002)

Fonte: elaborado pelos autores

Buscando compreender e sistematizar de forma mais efetiva a inovação social Tardif e Harrisson (2005) desenvolveram um trabalho que produziu uma síntese sobre os conceitos-chaves utilizados em 49 estudos publicados pelos membros do *Centre de Recherche sur les Innovation Sociales* (CRISES) em seus três eixos temáticos: território; condições de vida; e trabalho e emprego. Como resultado, os autores encontraram que os pesquisadores do eixo território estavam interessados, principalmente, nos papéis dos atores sociais e suas práticas inovadoras na restauração territorial. As pesquisas envolviam o surgimento de redes e suas ligações com a territorialidade, as relações entre empresas, parceiros sociais e organismos políticos e locais, as identidades locais e suas ligações com o desenvolvimento econômico e social.

As pesquisas sobre condições de vida diziam respeito ao consumo, uso de tempo, ambiente familiar, inserção no mercado de trabalho, habitação, saúde e segurança, geralmente vinculados a políticas públicas e movimentos sociais. Enquanto que os pesquisadores que discutiam o eixo do trabalho e emprego focavam suas pesquisas na organização do trabalho, regulamentação do emprego, na governança corporativa e na economia do conhecimento (CRISES, 2010).

A principal contribuição do relatório foi a integração dos estudos dos três eixos, pelas semelhanças e complementaridades dos estudos dos eixos no que se refere ao conceito de

inovação social dentro da perspectiva da transformação social, de onde emergiram as dimensões (Quadro 02): (a) transformações; (b) caráter inovador; (c) inovações; (d) atores; (e) Processo.

Quadro 02: Dimensões da inovação social segundo Tardif e Harrisson (2005)

Dimensão	Conceitos-chaves
Transformação	<ul style="list-style-type: none"> · Contexto micro: crise; ruptura; descontinuidade; modificações estruturais · Contexto econômico: emergência; adaptação; relações do trabalho, produção e consumo · Contexto social: recomposição; reconstrução; exclusão e marginalização; prática; mudança; relações sociais
Caráter inovador	<ul style="list-style-type: none"> · Nos modelos: de trabalho; de desenvolvimento; de governança · Na economia: do saber (conhecimento); mista; e social · Nas ações sociais: tentativas; experimentos; políticas; programas; arranjos institucionais; regulamentação social.
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> · Na escala local · Tipos: técnica, sociotécnica, social, organizacional e institucional · Finalidade: bem comum, de interesse coletivo e geral, cooperação
Atores	<ul style="list-style-type: none"> · Sociais: movimentos, cooperativas, associativas; sociedade civil, sindicatos · Organizacionais: empresas, organizações de economia social, organizações coletivas, destinatários · Institucionais: Estados, identidade, valores e normas
Processo	<ul style="list-style-type: none"> · Modos de coordenação: avaliação, participação, mobilização, aprendizagem · Meios: parcerias, integração, negociação, <i>empowerment</i>, difusão · Restrições: complexidade, incerteza, resistência, tensão, compromisso, rigidez institucional

Fonte: adaptado de Tardif e Harrison (2005)

O trabalho dos referidos autores tem sido utilizado como uma das principais referências para discussão da inovação social, tendo sido amplamente debatido, aprofundado, e, replicado, o que o caracteriza como sendo uma obra seminal, daí a escolha deste para discutir a congruência do turismo de base comunitária como uma inovação social, que se desdobra na sequência.

3 O aporte teórico sobre turismo de base comunitária

A eminente discussão sobre os impactos negativos do turismo de massa levou as comunidades científicas, os profissionais, e, a sociedade a repensar a atividade turística enquanto promotora de degradação da natureza e das relações sociais das comunidades onde ela ocorre. Está última tem sido tema de investigação das mais variadas áreas do conhecimento, principalmente, porque a atividade turística tem promovido a segregação entre os investidores, os locais, e, os visitantes.

De um lado, os investidores tem se esforçado para ampliar os investimentos no setor em busca de mais e melhores ofertas de serviços turísticos; e muitos exemplos podem ser trazidos à luz do crescimento econômico do turismo, como o caso de Porto de Galinhas (Pernambuco), região Nordeste do Brasil, onde o investimento estrangeiro é predominante entre os equipamentos hoteleiros. A transformação dos últimos 15 anos em Porto de Galinhas evidencia o quanto e como o investimento privado pode massificar um destino, isso porque atualmente a capacidade hoteleira é de 13 mil leitos distribuídos em 16 hotéis de três, quatro e cinco estrelas, e resorts; e, 200 pousadas com ocupação média de 80% na alta temporada (AHPG, 2014). Em 2013, 88% dos

turistas que visitaram Porto de Galinhas eram brasileiros principalmente provenientes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e, Distrito Federal que viajaram a Porto de Galinhas por meio de pacotes de operadoras de turismo e agências de viagem (AHPG, 2014).

Em contraponto ao turismo de massa, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC) que traz como principal proposta ser um turismo de pequena escala, que preserva a originalidade do local, da cultura, da gastronomia, e do modo de vida do destino/roteiro turístico, permitindo uma maior convivencialidade entre hóspedes e anfitriões (UNWTO, 2014).

Para Coriolano (2012) o surgimento de modelos alternativos de turismo se dá por duas vias, a primeira devido à necessidade dos próprios residentes que percebem no turismo a possibilidade de incrementar a renda; e a segunda devido aos visitantes que acabam “abraçando” movimentos em prol de questões universais como a ambiental, gênero, minorias étnicas e defesa à vida.

O modelo alternativo ao eixo convencional do turismo chama a atenção devido ao seu potencial no que tange a sobrevivência e redução da pobreza de muitas comunidades como aldeias de índios, pescadores, agricultores rurais e centros comunitários localizados em favelas. A UNWTO (2013) por exemplo, o considera uma das 07 áreas estratégicas para operacionalização do turismo sustentável. No Brasil, o TBC, também é tratado como área estratégica, uma vez que o Ministério do Turismo (MTur, 2013) o considera uma prioridade para estimular o turismo sustentável, isso pode ser percebido no Plano Nacional de Turismo 2013-2016.

Portanto, o TBC é considerado um modelo de desenvolvimento da atividade turística centrado em recursos da comunidade, sendo esta, o agente principal na concepção, desenvolvimento e gestão (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO (2012), UNWTO (2014)) do turismo da localidade contrapondo-se ao turismo de massa onde a comunidade nativa é, na maioria dos casos, envolvida na atividade turística em serviços marginais como jardineiros, vendedores ambulantes, garçons, camareiras, serviços gerais, entre outros.

Para Blackstock (2005) e para Okazaki (2008) o potencial do TBC está na participação da comunidade no fazer a atividade turística, isso porque segundo Okazaki (2008), p. 511) “ela é parte integral do desenvolvimento sustentável do turismo”. Nesse mesmo sentido, Maldonado (2009) considera que a autogestão dos recursos patrimoniais comunitários é uma das características desse tipo de turismo, que se alicerça na cooperação, equidade entre os membros da comunidade, e, distribuição dos benefícios gerados pelo turismo.

A participação da comunidade é o meio de expressão dos seus desejos e suas aspirações sociais, e o TBC abre esse espaço para que a localidade, mesmo com sua individualidade, se envolva em uma construção coletiva em busca de melhor qualidade de vida. Na comunidade do Cabula e entorno (Salvador, BA), por exemplo, a experiência de TBC “demonstrou o rico potencial do TBC para a construção coletiva... [onde] a participação popular por meio de colegiados [abriu espaço para as pessoas] participarem das discussões sobre as necessidades das comunidades sobre a atividade turística e as necessidades de infraestrutura, serviços, legislação, etc.” (SILVA; MARTINS, 2012, p. 64).

Para Coriolano et. al. (2009, p. 282) a importância dada ao “envolvimento de todos os residentes da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo enfatiza os valores comunitários e proporciona gestões integradas e mais sólidas para a execução das ações e para os possíveis entraves que enfrentarão”. E daí decorre a cooperação entre os atores que se dá em dois níveis: o micro que se refere a ambiente interno da comunidade, restrita as relações estabelecidas entre seus membros; e, a macro, que se refere as relações estabelecidas entre os membros da comunidade e os demais *stakeholders* envolvidos com o turismo.

No desdobramento da cooperação (que pode ser horizontal ou vertical) se conformam os arranjos institucionais ou também denominados de Arranjos Socioprodutivos Locais (ASPILs), que segundo Coriolano (2009 *apud* REZENDE, 2009, p. 3) no cenário do turismo de base comunitária se configuram como arranjos produtivos alternativos, “que muitas vezes são informais, mas sobre tudo solidários, que se dão em pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivência que abrangem a hospitalidade juntamente com outras atividades”.

Trata-se também de um arranjo institucional onde diferentes *stakeholders* se articulam para o planejamento de ações de suporte à atividade turística de base comunitária. A perspectiva dos Arranjos Socioprodutivos Locais de Base Comunitária (APL.Com) se dá, uma vez que a maior parte dos projetos de TBC recebem apoio de ONG's, poder público local, estadual e federal, Universidades e outros agentes como o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) que induzem o desenvolvimento da atividade turística em comunidades tradicionais. Nesse sentido, é comum as iniciativas de TBC apresentarem um arranjo institucional que, a partir da interação e coordenação entre dos atores locais, condicione a efetiva participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da atividade turística.

O destino Acolhida da Colônia (Santa Rosa de Lima e arredores, SC) se caracteriza segundo Sampaio *et. al.* (2007) como um APL.com uma vez que reúne os diversos requisitos para essa denominação, dentre elas a relação de interface e atuação conjunta entre os atores, não apenas externos mas como internos a exemplo das propriedades rurais que hospedam turistas e que trocam produtos e serviços com outras propriedades além de se organizarem para uma distribuição justa dos hóspedes, promovendo uma ocupação hoteleira equilibrada entre os meios de hospedagem do destino.

Logo, a equidade passa a ser um constructo importante do TBC uma vez que ele se apresenta como um link político entre os atores em estado de cooperação. Ela privilegia os espaços democráticos de participação de todos, mesmo os que não possuem capital, ou conhecimento técnico, ou que são considerados minorias sociais, e é a equidade que relaciona a prática de um turismo onde os benefícios são considerados como ganhos coletivos representados por melhorias nas condições de vida como as relacionadas à infraestrutura da localidade que recebe mais atenção dada a perspectiva de receber o turista apresentando condições satisfatórias de serviços como água, luz, comunicação, dentre outros aspectos.

Muitas vezes a comunidade não possui infraestrutura básica para atender as demandas e aspirações dela própria, e nesse caso TBC pode ser um incentivo a mais para que os atores se organizem para buscar as transformações desejadas.

Em Bonito (MS) a equidade pode ser exemplificada pelo acordo entre os proprietários de fluxos turísticos, guias locais e agencias de viagens que organizam e distribuem o fluxo de turistas de forma a preservar a capacidade de carga dos atrativos naturais (rios, cachoeiras e grutas), e a distribuir de forma mais equitativa o benefício econômico da demanda, que se dá considerando que não só os proprietários dos atrativos (apesar destes terem um percentual maior dado a seus custos de manutenção para a sustentabilidade serem maiores) ou dos alojamentos devem ser beneficiados. Sampaio *et. al.* (2007) ao investigarem o destino indicam que tudo é controlado e fiscalizado pelos Conselhos Municipais de Turismo e, do Meio Ambiente os quais são formados pelos representantes do município do trade turístico e, da comunidade local que permitem o debate de forma democrática sobre a governança do destino.

Diante desse cenário percebe-se que a consolidação de um roteiro de TBC perpassa pela regulação e coordenação para governar os atores locais o que coloca a governança como um

elemento chave na organização de roteiros e destinos turísticos de base comunitária. Por governança entende-se os:

Diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão dos diferentes atores — Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais etc.; e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção e comercialização, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos (LASTRES; CASSIOLATO, 2005:12).

Um dos exemplos de como a governança é pensada de forma coletiva é a divulgação e comercialização coletiva do destino ao invés da promoção e comercialização individual de cada atrativo ou serviço turístico, ou seja, é o destino sendo divulgado com o espírito de que o turista precisa ser atraído para o destino e se ele escolher a pousada A ou B para se hospedar é indiferente. Esse é o exemplo de governança coletiva encontrada em Bonito (MS), na Acolhida da Serra (SC) e em vários outros destinos de TBC.

Além da governança no TBC, tem-se nos trabalhos de Sampaio (e diversos autores; 2010, 2011, 2012 e 2013) a relação entre três conceitos chave do TBC: comunidade, convivencialidade, e cotidianidade. É no espaço da comunidade que o TBC vai acontecer, mas esse sentido de comunidade é apresentado por Coriolano (2011) através do discurso de Santos (2001 apud Coriolano, 2011, p. 12)

Ações comunitárias são garantia de proteção, preservação cultural, ambiental e fortalecimento de comunidades em territórios e possuem relação simbólica e identitária. Santos (2001, p. 56) destaca a relevância de práticas sociais e da simbologia que o território, não apenas espaço físico, representa aos grupos residentes. Para o autor, o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Desse modo, a autora afirma que as comunidades devem garantir o controle do território e o engajamento e participação entre seus membros, como forma de organizações locais precisam contemplar os aspectos necessários para melhoria da qualidade de vida.

A convivencialidade é um termo recorrente nas publicações do autor, onde ele entende convivencialidade como uma relação social na qual há interesse de um sujeito pelo outro, pela busca da alteridade, pelo diferente, pela autenticidade, assim, respeita-se os modos de vida que lhes são próprios, independente de serem caracterizados como modernos ou antiquados.

A convivencialidade pode ser exemplificada pela troca de experiências entre hóspede e anfitrião, como por exemplo, a experiência de participar da preparação de uma refeição produzida pelos anfitriões, que pode incluir desde a compra dos alimentos ou a busca destes na horta, até a participação efetiva na confecção da refeição. Enquanto que à cotidianidade, o autor associa-a com aspectos da comunidade como a utilização do tempo e do espaço, formas de organização do trabalho, consumos de bens materiais e simbólicos, meios de comunicação e tecnologias adotadas (ZUÑIGA *et. al.* 2012), podendo ser exemplificada pela experiência de vivenciar o cotidiano das pessoas em suas rotinas, como por exemplo, a participação na lida do campo, ou na confecção de artesanatos.

Assim, entende-se que os vários constructos (Quadro 03) expostos estão inter-relacionados entre si e compõe a base do conceito de TBC.

Quadro 03: Constructos do conceito de turismo de base comunitária

Termo-chave	Autor
Desenvolvimento da comunidade, filosofia de planejamento participatório, controle do processo	Blackstock (2005); Okazaki (2008); UNWTO (2014); MTur (2010)
Distribuição de poder; criação de capital social; e, processos colaborativos	Okazaki (2008); MTur (2010)
Turismo de experiência; originalidade	UNWTO (2014); Bursztyn (2012)
Autogestão; cooperação; equidade; distribuição dos benefícios gerados	Maldonado (2009); MTur (2010); Fabrino; Costa; Nascimento (2012); Sansolo e Bursztyn (2009)
Valorização da identidade cultural	Sansolo e Bursztyn (2009); Bursztyn (2012)
Convivialidade, comunidade e cotidianidade	Guzzatti; Sampaio e Coriolano (2013); Zuñiga; Pilquiman, Skewes e Sampaio (2012) Sampaio e Zamignan (2011); Grimm; Sampaio (2011); Zamignan; Sampaio; Mantovaneli Júnior (2011) Sampaio; Alvez e, Lenz (2010)
Inovação social, desenvolvimento situado, e tradição cultural	Lima (2009)
Protagonismo da comunidade, atores	Blackstock (2005); Okazaki (2008); UNWTO (2014); MTur (2010); Maldonado (2009); Fabrino; Costa; Nascimento (2012); Sansolo e Bursztyn (2009); Sampaio e Coriolano (2009)

Portanto, ao analisar os constructos teóricos do TBC discutidos anteriormente, percebe-se uma congruência entre eles e os elementos do modelo de análise da inovação social de Tardif e Harrison (2005) conforme estão apresentados a seguir.

4 As congruências entre os constructos

Para analisar as congruências entre os conceitos de TBC e IS, foi tomado como base o modelo de análise da inovação social desenvolvido por Tardif; Harrison (2005). Conforme já foi apresentado, esse modelo reúne de maneira clara e objetiva os diversos constructos dos conceitos de inovação social, permitindo, portanto, a análise a que este artigo se propõe.

Quando se analisa os dois constructos, encontra-se laços que evidenciam fortemente a congruência entre a Inovação Social (IS) e o Turismo de Base Comunitária (TBC) (Figura 01). Isso porque, a base de ambas está no desenvolvimento local sustentável, quando se propõem a promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida que buscam na IS soluções para os problemas sociais que ocorrem em seu espaço, e neste sentido o TBC tem sido apontado como aquele que é capaz de preservar as tradições e costumes locais (LIMA, 2009) valorizando a identidade cultural local (SANSOLO; BURRSZTYN (2009); BURSZTYN (2012)) pelo fato de evitar a “espetacularização” de suas tradições e, privilegiar a originalidade (UNWTO (2014); BURSZTYN (2012)) e, a convivencialidade ((GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO (2013); ZUÑIGA; PILQUIMAN; SKEWES; SAMPAIO (2012); (SAMPAIO E ZAMIGNAN (2011);

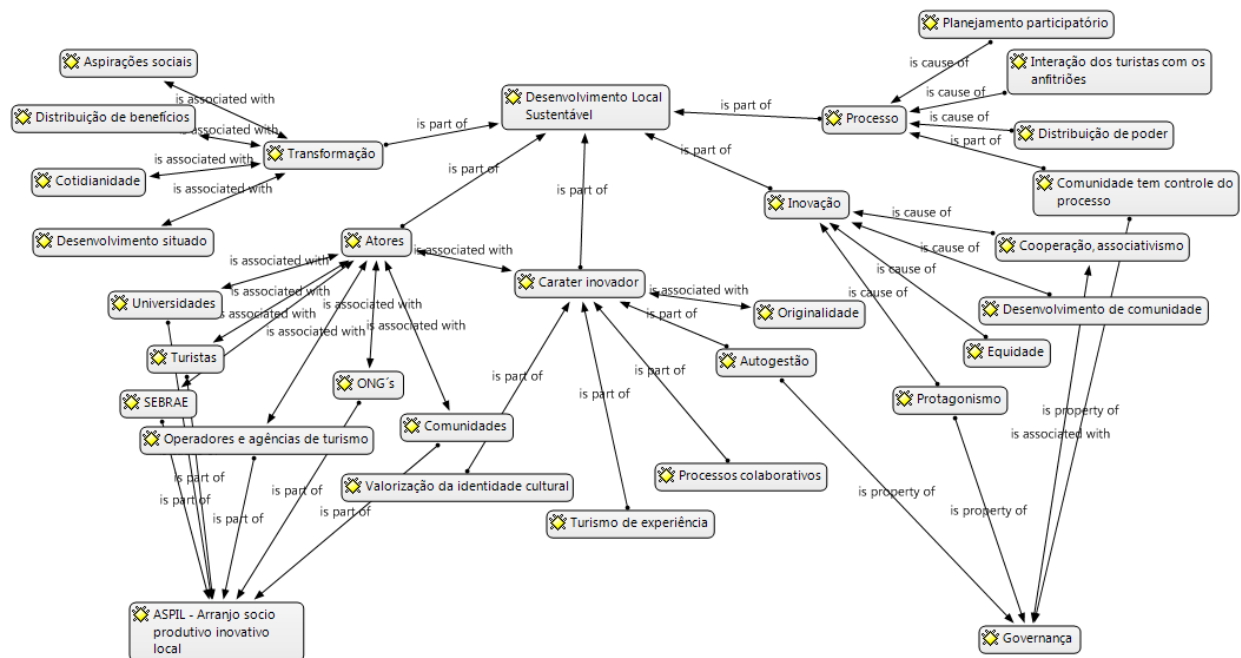
GRIMM E SAMPAIO (2011); ZAMIGNAN; SAMPAIO; MANTOVANELI JÚNIOR (2011); SAMPAIO; ALVEZ; LENZ (2010)).

Em relação às cinco dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrison (2005), isto é, processo, inovação, caráter inovador, atores e transformação foram encontradas as seguintes congruências:

Nas dimensões de Atores e, de Processos: os processos de planejamento e controle do turismo são de caráter colaborativo, tendo o protagonismo das comunidades, em um espírito de cooperação entre si e interface com os demais atores institucionais como as universidades, ONGs, governos municipais, estaduais e federal, e também com os atores organizacionais como, operadoras e agências de viagens, dentre os mais relevantes. E outra vez, aqui se percebe que os princípios da inovação social se entrelaçam aos princípios do TBC, uma vez que ambos estão envolvendo uma “pluralidade de atores” (BOURQUE; PROUXL; FRECHETTE, 2007) e, que há uma nova configuração nos “modos de coordenação e, de como os atores interagem e coordenam o desenvolvimento” (TARDIF; HARRISSON, 2005) da atividade, apontando “novos modelos de trabalho” (TARDIF; HARRISSON, 2005). Ou seja, percebe-se que o TBC é uma inovação social pois é “um processo que envolve a "propriedade" de inovação por parte da comunidade local, através de um processo de negociação democrática e, de compromisso. É o resultado de um desenvolvimento conjunto entre os atores locais” (BOURQUE; PROUXL; FRECHETTE, 2007, p.11).

Outra congruência identificada entre inovação social e TBC é a o papel-chave dos atores, que no TBC se configura pela articulação entre atores da comunidade que interagem entre si e na interface com seus *stakeholders*.

Figura 01: Rede que demonstra a congruência entre IS e TBC.



Fonte: elaboração própria

A dimensão de Transformação: A cooperação; o desenvolvimento da comunidade; a equidade; o protagonismo comunitário, são elementos que surgem quando se analisa a finalidade da inovação do modelo de Tardif e Harrison (2005).

No contexto micro, as transformações ocorrem pela percepção da crise na comunidade que no TBC muitas vezes está associada a posse da terra, e da necessidade de uma ruptura com a situação atual geralmente atrelada a uma expectativa de melhoria econômica dada a possibilidade de se configurar relações de trabalho-produção-consumo da/na sua cotidianidade. Isso vai permitir a melhoria, e muitas vezes, a recomposição/reestruturação das relações sociais dos membros da comunidade envolvida no TBC.

Por sua vez, Lima (2009) argumenta que o TBC, quando contempla os princípios do emponderamento comunitário, solidariedade e liberdade pode ser entendido como inovação social, ou seja, como um interesse social contínuo de inovar. Tal interesse consiste em ações que os grupos comunitários entendam como fundamentais para transformação de suas realidades no que tange, principalmente uma forma de vida mais justa.

O Caráter Inovador: do TBC se configura dado o seu modelo de autogestão, de governança que busca resultados para a melhoria da coletividade, do bem comum, na esfera local. Mas a complexidade e a resistência evidentes no TBC são restrições do processo de inovação social conforme apontam Tardif e Harrison (2005) uma vez que a maioria dos destinos/roteiros de TBC explicitam a luta pela sobrevivência frente às adversidades econômicas, sociais, ambientais e políticas e, também frente ao turismo convencional (CORIOLANO, 2012, CORIOLANO; SAMPAIO, 2012).

A dimensão da Inovação: O conceito de inovação social pode ser entendido como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais e criar novas relações sociais ou colaborações (BEPA, 2011). Quando se observa esse conceito desde a ótica do turismo de base comunitária percebe-se que a inovação ocorre pelo fato dele ser pensado e executado em escala e dimensão local, pois o TBC se caracteriza por ser o tipo de turismo que ocorrem em comunidades com dificuldades de diversas ordens; e; a transformação (outra característica da inovação social) vai ocorrer considerando as suas potencialidades micro, como por exemplo sua capacidade organizacional e relacional interna (laços de amizade, cooperação, associativismo, etc), ou seja, o potencial de articulação e mobilização dos membros da comunidade em busca de ganhos para a coletividade (bem comum) fazem com que esse tipo de turismo se diferencie do paradigma atual vigente na atividade turística.

5 Considerações finais

Ao analisar os constructos teóricos do TBC fica clara a sua congruência entre as principais categorias de análise da inovação social sugeridas no modelo de Tardif e Harrison (2005). As congruências entre os constructos permite afirmar que ambos estão direcionados ao desenvolvimento local sustentável, sendo que a inovação social é um desdobramento macro desse desenvolvimento, enquanto que o TBC é um desdobramento micro da inovação social.

Assim como apontou Lima (2009) em seu estudo o TBC e a inovação social convergem para uma via que rompe com a “abordagem limitante da geração de renda” (p. 168) e dialogam diretamente com um desenvolvimento local mais igualitário, justo, e, equilibrado; permitindo ganhos que se traduzem em melhorias das condições de vida.

É como quebra ao paradigma convencional do turismo que o TBC se torna uma inovação social, pois nesse tipo de turismo o turista vai poder plantar, colher, pescar, cozinhar, tirar leite da vaca, fazer um mamulengo (boneco de papel como fantoche), tecer, fazer escultura, dançar,

dentre tantas outras atividades que reproduzem a cultura, a história, as crenças e valores de uma comunidade, ao mesmo tempo em que pode se hospedar na casa de um nativo como se fosse membro da família, aproximando as relações que foram distanciadas (e se tornam frias) pela formalidade de um *check in*, ou do serviço de *vallet*, e pelo isolamento de cada hóspede em seu quarto/habitação.

O TBC quebra não só o paradigma do turismo na percepção do turista, mas também quanto a governança permitindo que desde a vendedora de tapioca (lanche típico da culinária nordestina), ao hoteleiro, e, o proprietário do atrativo discutam o planejamento e a execução do turismo, que perpassa diversos aspectos como a promoção e comercialização do destino, a pressão ou parceria entre os *stakeholders* para execução de melhorias na infraestrutura básica como por exemplo saneamento básico.

É então pela inovação do serviço/produto turístico e pela sua organização que o TBC pode ser considerado uma inovação social.

O presente trabalho também aponta direcionamentos importantes no tocante a perspectiva dos Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL's) e a governança dos mesmos. Esse dois elementos emergiram como resultados da interação entre as cinco categorias de análise da IS e as características teóricas do TBC. Desse modo, as estruturas de governança e a abordagem teórica dos ASPIL's enquanto configuração institucional do TBC são sugeridos como oportunidades de estudos futuros.

6 Referências

AHPG - Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas. União de Hoteleiros Ergue um Destino. Disponível em <http://www.ahpg.com.br/ahpg>

ANDRÉ, Isabel; ABREU Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.

ASSOGBA, Yao. **Théorie systémique de l'action sociale et innovation sociale**. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série: Recherches, no 31, mars, 2010.

BEPA. **Empowering people, driving change** - social innovation in the European Union. Publications Office of the European Union. Luxemburgo, 2011.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos** 47(1):3-14, janeiro/abril, 2011.

BLACKSTOCK, Kirsty. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**. vol 40 n. 1 January 2005 pp. 39-49

BOURQUE, D.; PROULX, J.; FRÉCHETTE, L. **Innovations sociales en Outaouais. Rapport de recherché**. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série: Recherches, n. 5, novembre, 2007.

BURSZTYN, I. **Desatando o nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do Turismo de Base Comunitária na Amazônia**. 2012, 251 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

CARON, A. **Inovação Social e o Papel da Indústria**. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. Inovações Sociais. (Coleção Inova; V. II). Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

CLOUTIER, Julie. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Cahier de recherche du CRISES**, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.

CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.

COROLIANO, Luzia Neide M. Teixeira et al. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança**. Fortaleza, EdUECE, 2009.

CORIOLOANO, L.N. O turismo comunitário no contexto da globalização. IN: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 11-25.

CORIOLOANO, Luzia N.; BARBOSA, Luciana M. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Año 2011. Costa Rica, pp. 1-26, II Semestre 2011.

CORIOLOANO, L. N. SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no rebatimento aos megaempreendimentos transnacionais. IN: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 27-41.

COMEAU, Y. et. al. **Conditions de vie**. In: L'innovation sociale. Émergence et effets sur les transformations des sociétés, Juan-Luis KLEIN et Denis HARRISSON (dir.), Québec, Presses de l'Université du Québec, chapitre 18, pp. 361-377, 2007.

DRUKER, P. **Innovation and Entrepreneurship**. 1985.

EUROPEAN COMMISSION. **Social Innovation research in the European Union: Approches, findings and future directios**. Science Communication Unit. University of the West of England. Bristol, 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Social Innovation and the Environment**. Science Communication Unit. University of the West of England. Bristol, 2014.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. **Inovação social: Um conceito em construção**. In: FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).

FABRINO, N. H. COSTA, H. A. NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.5, n.3, p.546-559, 2012.

FRANCO, A. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. **Proposta**. n. 78. setembro/novembro. 1998.

GRIMM; I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de ciências ambientais**. n.19, Mar., p. 57-68, 2011.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLOANO, L. N. M. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da associação de agroturismo acolhida na colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v.6, n.1, jan/abr, p.93-106, 2013.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania**. ITS, fev. 2007.

KLEIN, J.; HARRISSON, D. **L'innovation sociale: Émergence et effets sur la transformation des sociétés**. Press de l'Université du Québec, 2007.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: **COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS**, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em engenharia da produção. UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MACCALLUM, D.; et. al. **Social Innovation and Territorial Development**. Ashgate Publishing Limited. England, 2009.

MALDONADO, Carlos. "O Turismo Rural Comunitário na América Latina." In: Bartholo, Sansolo e Bursztyjn, Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.31

MOULEART, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, n. 42, v. 11, 2005, pp. 1.969-90.

MOULEART et. al. The International Handbook in Social Innovation: Collective action, learning and transdisciplinary research. Edward Elgar Publishing, Massachusetts, 2013.

MOULEART, F. **Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced**. In: MACCALLUM, D.; et. al. Social Innovation and Territorial Development. Ashgate Publishing Limited. England, 2009.

MTur Ministério do Turismo. Dados e Fatos: Estudos, pesquisas e dados sobre o setor de turismo. Disponível em

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf

MTur. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/savanna/TGT%20I/PNT_2013-2016.pdf. Acesso em: 08 set. 2013.

MULGAN, G. The Process of Social Innovation. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, 1(2), 145-162, 2006.

OECD. **Manual Frascati 1993**. Paris. OECD, 1994.

OKAZAKI, Etsuko. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**, Vol. 16, No. 5, 2008, 511-529

PHILLS JR., J. A.; DEIGMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 34-43, 2008.

RUIZ, Javier E., Inovação Social: desafios e estratégias para o desenvolvimento inclusivo do território. **V Diálogo Regional**. Recife, 24 e 25 de maio, 2012.

SAMPAIO; C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista de Cultura e Turismo/CULTUR**. Ano 6, n.1, p. 25-39, 2011.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; LENZ, T. C. Z. Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário: Uma experiência solidária na Micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. **Revista de Cultura e Turismo/CULTUR**. Ano 4, n.2, p. 3-18, Jun. 2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO; Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 3, n. 1, p. 4-24, abril 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto C.; MONTOVANILI JR., Oklinger; PELLIN, Valdinho; OYARZUN MENDEZ, Edgardo. Acuerdo productivo local de base comunitaria y ecodesarrollo: Análisis de tres experiencias brasileñas. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. [online]. 2007, vol.16, n.2, pp. 216-233 .

SANSOLO, D. G; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In: In: Bartholo, Sansolo e Bursztyn, Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.142-161

SAUCIER, Carol; et al. **Développement et territoire**. In: L'innovation sociale. Émergence et effets sur les transformations des sociétés, Juan-Luis KLEIN et Denis HARRISSON (dir.), Québec, Presses de l'Université du Québec, chapitre 19, pp. 377-395, 2007.

SILVA, Francisca de P. S. da; MARTINS, Luciana C. de A. **Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 3, n. 2, p. 61-70, jul/dez 2012

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

UNWTO. Rural and Community-based tourism. Disponível em <http://sdt.unwto.org/en/content/rural-and-community-based-tourism>

UNWTO, **Policy guidelines and tools**. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/en/content/fields-work>. Acesso em: 01 set. 2013.

ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JÚNIOR, O. Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e gestão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes, Brasil). **Turismo e Sociedade**. v.4, n. 2, p.249-264, Out. 2011.

ZUÑIGA, C. E. H.; PILQUIMAN, M. SKEWES, J. C.; SAMPAIO, C. A. C. Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, sul do Chile. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.5, n.1, jan/abr, p.103-118, 2012.